

PROCURADOR MUNICIPAL

Nome do Candidato _____		Nº Inscrição _____	Nº Prova 3300
Documento _____	Tipo N	Local _____	

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- É proibido folhear o caderno de provas antes da autorização do fiscal.**
- É responsabilidade exclusiva do candidato à conferência de seus dados pessoais, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identidade, cargo de sua opção e a marcação do gabarito na sua Folha de Respostas. Quaisquer problemas deverão ser comunicados ao fiscal/chefe de sala, para registro em ata.
- Confira os dados impressos no cartão resposta e se este caderno de provas corresponde ao cargo (cabeçalho desta página) para o qual você se candidatou.
- Assine o cartão de respostas.**
- Verifique se este caderno de prova contém **50 questões**. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de cinco alternativas, identificadas pelas letras A, B, C, D e E, das quais apenas uma será a resposta correta.
- Preencha o cartão de respostas da prova objetiva utilizando caneta esferográfica azul ou preta, preenchendo totalmente o campo de marcação, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta.
- Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido no cartão resposta mais de uma opção, bem como questões em que o campo de marcação apresente rasuras, emendas ou que não esteja preenchido integralmente.
- O cartão resposta será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma; portanto, evite rasuras.
- Em sala, a comunicação entre os candidatos não será permitida, sob qualquer forma ou alegação.
- Não será permitido o uso de calculadoras, dicionários, telefones celulares, pen drive ou de qualquer outro recurso didático, elétrico ou eletrônico, nem o uso de qualquer acessório que cubra as orelhas do candidato.
- A prova objetiva terá duração máxima de 3 horas e 30 minutos**, incluído o tempo para preenchimento do cartão de respostas.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 1 (uma) hora de seu início e poderá levar o caderno de provas 1 (uma) hora antes de seu término.
- Os (3) três últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após a assinatura da ata de sala.**
- As saídas para banheiro, tomar medicamento e água, só serão permitidas durante a realização das provas. Não será permitida a permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do cartão respostas, devendo o candidato retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros.
- Os fiscais **NÃO** estão autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
- Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas.

Boa prova!

01		02		03		04		05		06		07		08		09		10	
11		12		13		14		15		16		17		18		19		20	
21		22		23		24		25		26		27		28		29		30	
31		32		33		34		35		36		37		38		39		40	
41		42		43		44		45		46		47		48		49		50	



RASCUNHO

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 01**

Nos termos da Lei nº 10.257/01, são diretrizes gerais da política urbana:

I. Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social.

II. Integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência.

III. Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.

- a) Apenas as opções I e III estão corretas.
- b) Todas as opções estão corretas.
- c) Apenas a opção I está correta.
- d) Apenas a opção III está correta.
- e) Apenas as opções II e III estão corretas

Questão 02

O parecer jurídico é um instrumento pelo qual o advogado consultivo presta assessoramento técnico ao Poder Público. Dessa forma, o advogado público desenvolve o raciocínio jurídico em torno de questionamentos formulados pela área da Administração. Acerca do parecer, julgue as alternativas abaixo:

I. O parecer jurídico previsto no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, tem caráter obrigatório no rito licitatório e apenas nesse rito.

II. O parecer jurídico é essencial no procedimento do pregão utilizado na rotina de órgãos públicos para diversas situações, como a compra de materiais de expediente, contratação de empresas de limpeza e outros serviços.

III. O parecer deverá ser elaborado como resultado de estudos e análises jurídicas de natureza complexa que exijam aprofundamento, como também para responder consultas que exijam a demonstração do raciocínio jurídico e o seu desenvolvimento.

- a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- b) Todas as alternativas estão corretas.
- c) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
- d) Nenhuma das alternativas estão corretas.
- e) Apenas a alternativa II está correta.

Questão 03

Conforme as normas regimentais da Constituição Federal, o acúmulo de cargos públicos é proibido, contudo, há algumas exceções previstas pela própria constituição. Uma delas é a possibilidade de, respeitada a compatibilidade de horários e os limites remuneratórios, a acumulação de:

- a) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- b) Dois cargos técnicos ou científicos.
- c) Um cargo técnico ou científico com um cargo de nível técnico.
- d) Nenhuma das alternativas.
- e) Um cargo jurídico com um cargo de profissional de proteção ao meio ambiente.

Questão 04

Analise a situação hipotética a seguir e responda:

"No dia 05 de fevereiro de 2019, fiscais da vigilância sanitária da cidade de Fundão realizaram vistorias em restaurantes locais, durante o período de fiscalização encontraram um estabelecimento com falta de condições de higiene. Dessa forma, os fiscais determinaram o fechamento do estabelecimento, visando proteger a saúde pública municipal."

Considerando a atuação dos fiscais, podemos dizer que eles exerceram:

- a) Poder de polícia.
- b) Poder discricionário.
- c) Poder disciplinar.
- d) Poder normativo.
- e) Poder executivo.

Questão 05

Acerca da Comissão de Licitação, marque a alternativa CORRETA:

- a) O trabalho da comissão de licitação encerra-se com a divulgação do resultado do julgamento das propostas.

- b) Os membros das Comissões de licitação não respondem solidariamente pelos atos praticados responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.
- c) A investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a 06 (seis) meses, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.
- d) Conforme a lei, as comissões de licitação só podem ser especiais e devem ter no mínimo quatro componentes que trabalhem em qualquer órgão da administração.
- e) A comissão de licitação deve ser composta por membros que deverão ser servidores qualificados e que necessariamente devem pertencer ao quadro permanente dos órgãos da administração.

Questão 06

Mário, vereador da Cidade X, nomeia Cléria, sua filha, para cargo de assessor de gabinete do mesmo município, configurando então a prática do nepotismo. Além de ser uma atitude antiética, a prática do nepotismo fere qual dos princípios explícitos da Administração Pública:

- a) Princípio da moralidade.
b) Princípio da publicidade.
c) Princípio da legalidade.
d) Princípio da razoabilidade.
e) Princípio da impessoalidade.

Questão 07

Assinale a alternativa que não condiz com o procedimento administrativo e processo judicial para apurar a prática de ato de improbidade.

- I. Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 60 (sessenta) dias.
- II. A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º, do art. 14 da Lei de Improbidade.
- III. A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da

pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

IV. Da decisão que receber a petição inicial, caberá agravo de instrumento.

- a) Todas as alternativas estão incorretas.
b) Apenas as alternativas II e IV estão incorretas.
c) Apenas a alternativa I está incorreta.
d) Apenas a alternativa IV está incorreta.
e) Apenas a alternativa III está incorreta.

Questão 08

O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) é estabelecido pela Lei 8.112/90 e é destinado a apurar a responsabilidade dos servidores por infrações praticadas no exercício de suas atribuições. Acerca do Processo Disciplinar, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.
- b) O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.
- c) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- d) A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar não interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.
- e) O prazo para julgamento será de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 09**

Quanto à inviolabilidade do domicílio é correto afirmar que:

- a) O conceito de casa não engloba quartos de hotel habitados.

- b) Segundo a jurisprudência dominante, o conceito de casa compreende, na abrangência de sua designação tutelar, (a) qualquer compartimento habitado, (b) qualquer aposento ocupado de habitação coletiva e (c) qualquer compartimento privado não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.
- c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, mas pode ser violada, qualquer que seja a hora, em caso de suspeita de que esteja havendo, em seu interior, prática de condutas moralmente inaceitáveis.
- d) É possível, excepcionalmente, o cumprimento de mandado de busca e apreensão no período noturno. Para tanto, é necessária autorização judicial específica.
- e) A cabine do caminhão, durante o repouso noturno do caminhoneiro, não é considerada casa para fins de garantia de sua inviolabilidade.

Questão 10

Quanto às garantias da Magistratura é CORRETO afirmar que:

- a) O magistrado pode, se assim desejar, abrir mão de suas garantias constitucionais.
- b) Os magistrados possuem a garantia da irredutibilidade de vencimentos, o que significa que o vencimento dos magistrados deve, necessariamente, ser reajustado mensalmente, a fim de evitar perdas salariais.
- c) Os magistrados possuem a garantia da vitaliciedade, de modo que o juiz não precisa respeitar o limite de idade máxima para aposentadoria aplicável aos funcionários públicos.
- d) Os magistrados possuem a garantia da inamovibilidade, de modo que não pode haver, como regra, remoção de um magistrado para outra comarca contra sua vontade.
- e) As garantias da inamovibilidade, irredutibilidade de vencimentos e vitaliciedade, são direcionadas ao juiz que ocupa o cargo e não ao cargo em si.

Questão 11

A Constituição Federal não pode sofrer Emenda Constitucional:

- a) Sem a realização de plebiscito para consulta à população diretamente envolvida no tema da emenda.
- b) Durante o período de três meses que antecedem as eleições.

- c) Cujo projeto tenha se iniciado na Câmara dos Deputados.
- d) Enquanto o Presidente da República estiver em missão oficial em país estrangeiro.
- e) Na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

Questão 12

O artigo 18 da Constituição Federal prevê que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição. Quanto à autonomia dos entes federados, é CORRETO afirmar que:

- a) Consiste na capacidade de autodeterminação dentro de certos limites constitucionalmente estabelecidos.
- b) Permite que o ente federado escolha livremente, e para efeitos dentro de sua limitação territorial, sua forma de governo.
- c) Não abrange a autodeterminação no que diz respeito à organização político-administrativa.
- d) Consiste em uma autodeterminação incondicionada por determinantes jurídicas extrínsecas à vontade do povo.
- e) Pode ser considerada sinônimo de soberania.

Questão 13

A constituição brasileira pode ser classificada como:

- a) Rígida, histórica e sintética.
- b) Outorgada, escrita e formal.
- c) Formal, escrita e analítica.
- d) Dirigente, semântica e flexível.
- e) Pactuada, ortodoxa e analítica.

Questão 14

O inciso LIV da Constituição Federal prevê que: "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal". Quanto ao devido processo legal é CORRETO afirmar que:

- a) O princípio do devido processo legal engloba os princípios da ampla defesa e da plena defesa. Daí ser possível a utilização de provas ilícitas, desde que fique comprovado que a verdade dos fatos foi estabelecida.

- b) Não é preciso que se respeite o princípio do devido processo legal no âmbito da administração pública.
- c) Para ser considerado aplicado de maneira satisfatória basta que se assegure, formalmente, a realização do contraditório. Seu efetivo exercício é irrelevante.
- d) Para que o princípio do devido processo legal seja aplicado, é necessário que o órgão julgador esteja vinculado ao poder judiciário.
- e) É considerado princípio fundante, essencial à democracia e legitimador das decisões constitutivas efetuadas pelo Estado.

Questão 15

O Poder Constituinte Originário é:

- a) Inicial, dependente, limitado juridicamente, condicionado, soberano na tomada de suas decisões, um poder de fato e político, permanente.
- b) Derivado, autônomo, ilimitado juridicamente, incondicionado, subordinado na tomada de suas decisões, um poder de fato e político, permanente.
- c) Inicial, autônomo, ilimitado juridicamente, condicionado, soberano na tomada de suas decisões, um poder de direito e político, impermanente.
- d) Inicial, autônomo, ilimitado juridicamente, incondicionado, soberano na tomada de suas decisões, um poder de fato e político, permanente.
- e) Inicial, autônomo, limitado juridicamente, incondicionado, soberano na tomada de suas decisões, um poder de fato e político, impermanente.

Questão 16

Quanto ao Controle Concentrado de Constitucionalidade é INCORRETO afirmar que:

- a) Diz respeito a um processo objetivo, em que se analisa a compatibilidade de uma norma em face da Constituição Federal.
- b) Pode ser realizado por qualquer juiz ou Tribunal brasileiro.
- c) Cabe para controlar lei estadual em face da Constituição Federal.
- d) É possível para controle de lei federal em face da Constituição Federal.

- e) O Procurador Geral da República se manifesta em qualquer ação de Controle Concentrado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Questão 17**

O processo de conhecimento é a fase em que ocorre toda a produção de provas e tem por objetivo conhecer o direito, saber se o autor possui o direito material que afirma em juízo. Assinale a alternativa INCORRETA acerca das fases do processo de conhecimento.

- a) Na fase saneadora, após resposta do réu, ou findo o prazo, os autos são conclusos e o juiz poderá proferir algumas providências preliminares em 05 (cinco) dias.
- b) Fase postulatória são as providências preliminares. O juiz decide as provas a produzir, determina exame pericial, caso pedido, e designa audiência de instrução e julgamento.
- c) Na fase decisória há a prolação da sentença de mérito, após a instrução do processo e alegações finais. A sentença só adquire valor definitivo quando publicada, integrada ao processo.
- d) Fase saneadora é a fase esclarecimento das alegações, destinada a verificar a regularidade do processo.
- e) Na fase introdutória, normalmente, são acolhidas as provas orais e periciais, salvo no caso de revelia ou sendo questão meramente de direito, sem necessidade de prova.

Questão 18

Com base nos procedimentos especiais, julgue as seguintes assertivas:

- I. Na ação de consignação em pagamento em que se trata de obrigação em dinheiro, poderá o valor ser depositado em estabelecimento bancário, oficial onde houver situado no lugar do pagamento, cientificando-se o credor por carta com aviso de recebimento, assinado o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação de recusa.
- II. É lícito ao réu, na contestação em ação possessória, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.
- III. O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de três meses, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze)

meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, de ofício ou a requerimento de parte.

IV. Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção à reconvenção.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Apenas a assertiva III está correta.

Questão 19

A respeito da ação civil pública, considere:

I.O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

II.As ACP's deverão ser propostas no foro do local onde ocorreu o dano, desta forma o juízo terá competência funcional para o julgamento do caso concreto.

III.Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.

IV.Constitui crime, punido com pena de reclusão de um a quatro anos a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) II e IV.
- b) I, II e III.
- c) I e III.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

Questão 20

Quanto ao processo de execução, é INCORRETO afirmar que:

- a) A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.
- b) O devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei.
- c) O juiz pode determinar de ofício, e a qualquer momento, a intimação do executado para indicar bens passíveis de penhora.
- d) O exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade.
- e) Se o executado fechar as portas da casa a fim de obstar a penhora dos bens, o oficial de justiça, imediatamente, requisitará força policial.

Questão 21

Com base na Lei n.º 12.016/2009, que trata acerca do Mandado de Segurança, assinale a opção INCORRETA:

- a) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- b) Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
- c) Cabe apelação da sentença que denegar ou conceder o mandado de segurança.
- d) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.
- e) É cabível, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé.

Questão 22

De acordo com o Código de Processo Civil, sobre a exceção de pré-executividade, assinale a alternativa CORRETA:

I.A exceção de pré-executividade é uma espécie de defesa do executado, onde ele poderá alegar vício

de matéria de ordem pública mediante simples petição e sem a necessidade de garantia do juízo.

II.A exceção de pré-executividade é cabível na execução, na fase do cumprimento de sentença e quando ocorrer um vício de ordem pública.

III.A nulidade da execução será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução.

- a) Apenas I e III estão corretas.
- b) Apenas I está correta.
- c) Apenas II está correta.
- d) Todas alternativas estão corretas.
- e) Apenas I e II estão corretas.

Questão 23

São deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:

I.Deixar de produzir provas e praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito.

II.Não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento.

III.Declarar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.

IV.Cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação.

Analise as afirmativas acima e assinale a alternativa CORRETA:

- a) Todas as opções estão incorretas.
- b) Apenas as opções I e IV estão incorretas.
- c) Apenas as opções II e III estão incorretas.
- d) Apenas a opção I está incorreta.
- e) Apenas a opção IV está incorreta.

Questão 24

Acerca das normas processuais civis, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O contraditório substancial tem por escopo propiciar às partes a ciência dos atos processuais, bem como possibilitar que elas influenciem na formação da convicção do julgador.

b) As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei.

c) Segundo a teoria da asserção, o momento procedimental adequado para que o juiz se pronuncie sobre a presença das condições da ação é logo após a apresentação da defesa.

d) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

e) A possibilidade de os direitos e obrigações se transformarem em meras expectativas de direitos constitui característica peculiar da relação processual, o que a torna distinta de qualquer outra relação jurídica de direito material.

DIREITO CIVIL

Questão 25

No tocante ao instituto da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta:

a) Constitui desvio de finalidade a expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

b) A mera existência de grupos econômicos, já autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

c) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, apenas a requerimento do Ministério Público, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

d) O cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa, não caracteriza confusão patrimonial.

e) Para a desconsideração da personalidade jurídica o desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.

Questão 26

A respeito do contrato de compra e venda é correto afirmar que:

- a) A compra e venda entre ascendentes e descendentes é considerada adiantamento da legítima.
- b) É ilícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.
- c) Em regra é um contrato consensual, porque quando pura, considerar-se-á obrigatória e perfeita, desde que as partes acordarem no objeto e no preço.
- d) A cláusula de retrato permite que o vendedor de coisa móvel possa reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador.
- e) Na compra e venda é facultado deixar ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.

Questão 27

Carolina leva seu filho de 4 anos, a emergência do Hospital Pitágoras, pois a criança está com febre muito alta e chega a delirar em alguns momentos. Logo no primeiro atendimento o hospital cobra de Carolina um cheque caução no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais). Carolina, desesperada, emite o cheque para que seu filho fosse logo atendido. Com base no caso em tela, assinale a opção CORRETA:

- a) O negócio jurídico praticado por Carolina, pode ser anulado, pois são anuláveis por dolo, porque este foi a sua causa.
- b) Configura-se o estado de perigo, pois Carolina estava premida de necessidade de salvar o seu filho, de grave dano conhecido pela outra parte, assumindo, então, obrigação excessivamente onerosa.
- c) Ocorreu a lesão, pois Carolina, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obrigou a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- d) O negócio jurídico é válido, pois foi celebrado por pessoa absolutamente capaz, o objeto é lícito e respeitou a forma prescrita em lei.
- e) Ocorreu coação, pois incutiu à Carolina fundado temor de dano iminente e considerável ao seu filho.

Questão 28

João acometido de uma grave dano cerebral, decorrente de um acidente de moto, não pode exprimir a vontade, permanentemente. De acordo com o Código Civil, João:

- a) Possui personalidade jurídica, mas é absolutamente incapaz para os atos da vida civil.
- b) Possui personalidade jurídica de direito, mas é relativamente incapaz para os atos da vida civil.
- c) Possui personalidade jurídica de fato, mas é absolutamente incapaz para os atos da vida civil.
- d) Possui personalidade jurídica e capacidade civil plena, podendo praticar todos os atos da vida civil.
- e) Não possui personalidade, sendo absolutamente incapaz para os atos da vida civil.

Questão 29

Quanto a formação dos contratos é correto afirmar que:

- a) A cláusula resolutiva, sempre se opera de pleno direito, independente de interpelação judicial.
- b) Nas ofertas feitas ao público, pode revogar-se a oferta pela mesma via de sua divulgação, desde que ressalvada esta faculdade na oferta realizada.
- c) Em caso de vício redibitório, o adquirente poderá enjeitar o produto, mas fica proibido de requerer o abatimento do preço.
- d) A aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, não importará em nova proposta.
- e) O contrato preliminar, principalmente quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.

Questão 30

Considerando o instituto da Prescrição, assinale a alternativa correta:

- a) Não corre a prescrição contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.
- b) O juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.
- c) Não corre a prescrição contra os incapazes de que trata o artigo 4º do Código Civil.
- d) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, mediante contrato.
- e) A prescrição é a perda da pretensão, por inércia do titular do direito subjetivo que foi violado.

Questão 31

Os vitrais da Casa de Cultura da Cidade X, foram retirados para uma restauração e posteriormente

foram recolocados na construção. Considerando o caso em tela, assinale a alternativa correta:

- a) Retiradas da Casa de Cultura, mesmo que se resolva descartá-las na qualidade de materiais de demolição, serão consideradas bens imóveis.
- b) Os vitrais serão considerados bens imóveis, pois foram temporariamente retirados para depois serem reempregados.
- c) Serão sempre consideradas bens fungíveis.
- d) Serão sempre consideradas bens móveis, independentemente de estarem fora da construção durante a reforma.
- e) Serão consideradas como bens móveis somente durante o prazo da restauração.

Questão 32

No tocante ao direito das obrigações está correto afirmar que:

- a) O credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, que seja mais valiosa.
- b) Nas obrigações de dar coisa incerta, se a coisa for perdida antes da escolha, não desobrigam o devedor.
- c) A solidariedade pode ser presumida, nas hipóteses de obrigações conjuntas.
- d) O devedor não é obrigado a indenizar, caso não cumpra obrigação personalíssima, com ou sem culpa.
- e) O fiador continua obrigado em caso de novação, mesmo que está tenha ocorrido, sem seu consentimento.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 33

O Código Tributário Nacional conceitua o tributo, acerca disso, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São as despesas de multas e juros de mora, que são pagas ou creditadas em períodos subsequentes ao da infração.
- b) São taxas remuneratórias de serviços públicos, tanto notarial, quanto de registro, configurando uma obrigação pecuniária a ser paga pelo próprio requerente.
- c) É um valor monetário fixado e concedido pelo Estado, ou outra corporação, para uma obra de beneficência ou de interesse público, que represente papel importante para a economia do país.

- d) É toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- e) É toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou serviço *ad valorem*, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Questão 34

Acerca dos princípios que regem o direito tributário, assinale a opção CORRETA:

- a) O princípio do não-confisco, implícito no texto constitucional, veda o emprego da tributação com finalidade extrafiscal.
- b) O princípio da anterioridade veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, ou seja, se uma lei vier a aumentar ou criar um tributo, ela deverá ser anterior ao exercício financeiro em que o tributo será cobrado.
- c) O princípio da irretroatividade tributária veda a cobrança de tributos em relação a fato gerador ocorrido depois do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- d) O princípio da legalidade diz que todos são obrigados a recolherem os tributos mesmo que não haja lei que traga sua definição.
- e) O princípio da irretroatividade possui três exceções, quando for mais benéfica em matéria de infração, tributos que respeitam a anterioridade nonagesimal e por último quando for interpretativa.

Questão 35

Considerando as Limitações do Poder de Tributar, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I. Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

II. Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído, permitido se o regramento os houver aumentado.

III. Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

Julgue os itens acima:

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas I está correta.
- c) Apenas III está correta.
- d) Apenas II está correta.
- e) Apenas I e III estão corretas.

Questão 36

De acordo com o regimento Tributário Nacional, considera-se fraude à execução fiscal:

- a) A má-fé não é necessária para preencher os requisitos da fraude à execução.
- b) A fraude à execução é manobra do devedor que causa dano apenas ao credor, de forma que não causa dano à atividade jurisdicional executiva.
- c) A alienação dos direitos reais do patrimônio do devedor, efetivada a qualquer tempo, para terceiro de má-fé.
- d) A alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
- e) O reconhecimento da fraude de execução não depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.

Questão 37

Assinale a alternativa INCORRETA de acordo com o Código Tributário Nacional.

- a) Caso o ato não esteja definitivamente julgado, a lei nova retroagirá a fato pretérito para beneficiar o contribuinte infrator em relação à diminuição da penalidade, mas não em relação aos juros de mora.
- b) A Lei que institui o tributo esclarece a regra matriz de incidência, sendo esta composta de antecedente e consequente da norma.
- c) Na ausência de lei expressa, determina o Código Tributário Nacional (CTN) que a utilização dos princípios gerais do direito tributário preceda à utilização dos princípios gerais do direito público.

- d) O fato gerador do tributo é que define a natureza jurídica do tributo.
- e) A natureza jurídica do tributo é definida pela destinação legal do produto da sua arrecadação.

DIREITO PENAL

Questão 38

Pedro e Carlos, fazendo-se passar por agentes de polícia civil, compareceram em determinada loja alegando que teriam de cumprir mandado judicial de busca e apreensão de parte da mercadoria, consistente em produtos eletrônicos. Antes, no entanto, de iniciarem a efetiva apreensão dos objetos, pedem para conversar com o proprietário da loja e solicitam do mesmo a quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para não cumprirem o mandado. O valor em dinheiro é pago pelo proprietário da loja. Assim agindo, Pedro e Carlos responderão por:

- a) Concussão.
- b) Peculato.
- c) Usurpação de função pública.
- d) Corrupção ativa.
- e) Tráfico de influência.

Questão 39

Um funcionário público deixa de realizar ato de ofício de sua atribuição, no prazo previsto em lei, objetivando prejudicar um desafeto que estava diretamente interessado na prática do referido ato. Neste caso, a conduta do funcionário público se adéqua àquela prevista para o crime de:

- a) Peculato.
- b) Prevaricação.
- c) Excesso de exação.
- d) Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.
- e) Corrupção ativa.

Questão 40

Um funcionário público deixa a repartição pública em que trabalha ao fim do expediente e, por estar com pressa de ir para casa, esquece a porta aberta e as luzes acesas, deixando desprotegidos computadores e outros bens públicos. Naquela noite, ladrões invadem a repartição e furtam diversos objetos, causando grande prejuízo. Neste caso o funcionário público responderá por:

- a) Condescendência criminosa
- b) Abandono de função
- c) Dano ao patrimônio público
- d) Por nenhum crime.
- e) Peculato culposo

Questão 41

Um funcionário público responsável por fiscalizar a arrecadação tributária de um determinado Município brasileiro, diante de uma fiscalização de rotina, percebe que determinado tributo não se aplica àquela atividade desenvolvida pelo auditado. Ainda assim, exige que o comerciante realize o pagamento do tributo ao argumento de que, caso não o faça, sofrerá punição que pode culminar com a interdição da atividade desenvolvida por ele. A conduta deste funcionário público se enquadra naquela prevista para o crime de:

- a) Exercício arbitrário das próprias razões.
- b) Concussão.
- c) Peculato.
- d) Corrupção ativa tributária.
- e) Excesso de exação.

Questão 42

O art. 312 do Código Penal prevê o crime de peculato. Seu *caput* possui a seguinte redação:

"Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio".

O elemento "funcionário público", neste caso:

- a) Em decorrência da existência da elementar "funcionário público", somente se admite concurso de pessoas na modalidade "participação".
- b) Não se comunica a outras pessoas que, eventualmente pratiquem a conduta juntamente com o funcionário público.
- c) Comunica-se a todos aqueles que tenham concorrido de qualquer modo para o crime, mesmo em se tratando de pessoas alheias aos quadros públicos.
- d) Em decorrência da existência da elementar "funcionário público", somente se admite concurso de pessoas na modalidade "coautoria".

- e) Em decorrência da existência da elementar "funcionário público", não se admite concurso de pessoas no crime de peculato.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**Questão 43**

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Fundão/ES (Lei nº 001/1990), assinale a alternativa que não condiz com as competências do município:

- a) Estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência o destino.
- b) Conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros.
- c) Estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos.
- d) Adquirir bens, mediante desapropriação.
- e) Ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes.

Questão 44

Sobre as licenças previstas no Estatuto dos Servidores do Município de Fundão (Lei nº 804/93), é CORRETO afirmar:

- a) A licença paternidade será concedida ao servidor público pelo parto de sua esposa ou companheira, ou por adoção para fins de dar-lhe assistência, durante o período de cinco dias, a contar da data do nascimento do filho ou da adoção.
- b) Será concedida a servidora pública gestante, por cem dias consecutivos, mediante inspeção médica, sem prejuízo da remuneração.
- c) É lícito ao servidor público licenciado para tratamento de saúde desistir do restante da mesma, caso se julgue em condições de reassumir o exercício do cargo, para isso, submeter-se previamente à inspeção de saúde.
- d) Não sendo concedida a licença ou prorrogada, o servidor não poderá solicitar novos exames através da junta médica.
- e) O servidor público terá direito à licença quando candidato a cargo eletivo, na forma e condições previstas na legislação específica, por prazo não superior a sessenta dias.

Questão 45

Sobre as infrações e penalidades previstas Lei nº 837/1994 (Código de Postura) do Município de Fundão, é CORRETO afirmar:

- a) Em caso de reincidência, as multas serão cominadas em triplo em desfavor do infrator.
- b) Em nenhuma hipótese a penalidade pecuniária será juridicamente executada, mesmo se o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.
- c) A pena, se impor a obrigação de fazer ou desfazer, não poderá consistir em multa e ou apreensão.
- d) Considera-se infrator todo aquele que cometer ou mandar, constranger e auxiliar a praticar infração administrativa, e ainda, os encarregados da execução do Código Municipal ou tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.
- e) Os infratores que estiverem em débito de multa poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura e não sofrerão nenhum outro impedimento, que consistiria em *bis in idem*.

Questão 46

Acerca do estágio probatório e com base no Estatuto dos Servidores do Município de Fundão (Lei nº 804/93), assinale a opção INCORRETA:

- a) Os requisitos do estágio probatório serão aferidos em instrumento próprio, a ser preenchido pela chefia imediata do servidor, conforme dispuser o regulamento.
- b) Na hipótese de acumulação legal, o estágio probatório deverá ser cumprido em relação a cada cargo para o qual o servidor tenha sido nomeado.
- c) O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- d) Estágio probatório é o período inicial de três anos de efetivo exercício do servidor nomeado em virtude de concurso público, quando a sua aptidão e capacidade para permanecer no cargo serão objeto de avaliação.
- e) Durante o período do estágio probatório é observado o cumprimento da produtividade, assiduidade, pontualidade, responsabilidade e disciplina, salvo em relação a falta punível com demissão.

Questão 47

De acordo com o artigo 73, §2º da Lei Orgânica do Município de Fundão (Lei nº 0001/90) que classifica o conceito de Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundação Pública, assinale a alternativa CORRETA:

I. Autarquia: serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira de descentralizadas.

II. Fundação pública: entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital do Município, criada por lei, para exploração de atividades econômicas que o Município seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

III. Sociedade de economia mista: entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município ou a entidade da administração indireta;

IV. Empresa pública: entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção e funcionamento, custeado por recursos do Município e de outras fontes.

- a) Apenas I e III estão corretas.
- b) Todas as assertivas estão corretas.
- c) Apenas II e IV estão corretas.
- d) Apenas I, III e IV estão corretas.
- e) Apenas I e IV estão corretas.

Questão 48

Conforme o Código de Posturas do Município de Fundão/ES (Lei nº 1033/2015) são diretrizes de proteção da memória e do patrimônio cultural:

I. Proteger o patrimônio cultural.

II. Estimular ações com a menor intervenção possível que visem à recuperação de edifícios e conjuntos, conservando as características que os

particularizam.

III. Criar um arquivo de imagem dos imóveis tombados.

IV. Compensar os proprietários de bens protegidos.

Julgue as afirmativas acima, e assinale a alternativa CORRETA.

- a) Apenas I, III e IV estão corretas.
- b) Apenas I e IV estão corretas.
- c) Apenas II e IV estão corretas.
- d) Apenas I e III estão corretas.
- e) I, II, III e IV estão corretas.

Questão 49

Nos termos do Código Tributário Municipal de Fundão, NÃO é considerado fato gerador do Imposto Sobre as Vendas e Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (IVV) a venda do seguinte produto:

- a) Óleo lubrificante.
- b) Gás natural.
- c) Gás liquefeito de petróleo.
- d) Gasolina para qualquer finalidade.
- e) Querosene, para qualquer finalidade.

Questão 50

Com base na Leis Municipais que regem o Sistema Tributário do Município de Fundão, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços anexa à Lei Municipal nº 362/2005, limitando-se, contudo, aos que se constituam como atividade preponderante do prestador.
- b) O imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido no Código Civil Brasileiro, localizado em zona urbana do Município e que não se destine à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial.
- c) Também é considerado imóvel urbano não edificado para efeito de incidência do imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana o imóvel que contenha edificação de modo inadequado à utilização.

d) O ISSQN do Município de Fundão não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País;

e) O contribuinte do ISSQN é o prestador do serviço, pessoa física ou jurídica ou a ela equiparada para fins tributários, que exercer em caráter permanente ou eventual, quaisquer das atividades de prestação de serviços constantes da lista de serviços anexa à Lei Municipal nº 362/2005, de modo formal, informal, com atividade regularizada ou não regularizada.

PROCURADOR MUNICIPAL**PROVA DISCURSIVA**

Nome do Candidato:		Nº de Inscrição:	
Assinatura:			

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Confira se este caderno de provas corresponde ao cargo (cabeçalho desta página) para o qual você se candidatou.
2. Verifique se este caderno de prova contém uma Peça Profissional.
3. Cada questão da prova discursiva deverá ser respondida em no mínimo 20 (vinte) linhas e no máximo 60 (sessenta) linhas.
4. Identifique-se apenas na capa da prova.
5. A folha de resposta da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato em outro local que não seja o indicado, sob pena de ser anulada.
6. A prova discursiva deverá ser redigida de forma clara e sem rasuras pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente.
7. A folha de resposta definitiva será o único documento válido para a correção da prova.
8. Em hipótese alguma haverá substituição do caderno de prova e da folha de resposta por erro do candidato. A folha para rascunho é de preenchimento facultativo e não será avaliada.
9. Os fiscais NÃO estão autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
10. Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas.
11. A folha de respostas definitivas conterà um cartão numerado e destacável. Este cartão numerado será destacado pelo fiscal e entregue ao candidato.
12. A não devolução pelo candidato da folha de resposta definitiva ao fiscal acarretará a eliminação sumária do candidato ao concurso.

Boa prova!

PEÇA PROFISSIONAL

Simão Bacamarte, o mais excêntrico morador do Município de Casa Verde, Estado da Paraíba, dirigiu-se, em uma nublada manhã de verão do ano de 2019, com sua bicicleta, até a Merceria do Crispim, com o objetivo de comprar um saco de ração para suas galinhas.

Quando Simão Bacamarte já retornava para casa, um raio atingiu uma enorme placa de sinalização de trânsito que havia sido colocada na via pública municipal pela Secretaria de Serviços Urbanos do Município de Casa Verde.

A placa de sinalização de trânsito, quando atingida pelo raio, caiu sobre Simão Bacamarte, causando-lhe cortes na cabeça e no braço direito.

Simão Bacamarte foi levado ao Hospital Municipal de Casa Verde e recebeu todos os cuidados necessários.

Simão Bacamarte, que até hoje não sabe que a placa de sinalização que caiu sobre ele foi atingida por um raio, imagina que foi vítima de descaso do poder público municipal, que não conservou adequadamente a referida sinalização.

Seis meses após o ocorrido, Simão Bacamarte, que apesar de excêntrico, é plenamente capaz, constituiu o Dr. Porfírio como seu advogado e imediatamente ajuizou uma ação ordinária contra o Município de Casa Verde, recolhendo as custas processuais devidas e requerendo, exclusivamente, indenização pelos danos morais sofridos, na quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com fundamento na responsabilidade civil estatal.

Após expor o fato e os fundamentos jurídicos, os pedidos do Autor foram formulados nos seguintes termos:

O recebimento da Inicial; A citação do Município de Casa Verde na pessoa de seu representante legal; A produção de prova documental constituída unicamente pelo Boletim de Atendimento efetuado pelo Corpo de Bombeiros, onde se lê que o Senhor Simão Bacamarte foi encontrado ferido e atingido por uma placa de sinalização de trânsito municipal; Ao final, a total procedência da ação, com a condenação do Município de Casa Verde a indenizar o Autor em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); A condenação do Município de Casa Verde em custas e honorários advocatícios.

O Autor manifestou expressamente seu desinteresse na composição consensual e atribuiu à causa o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

Em seu Despacho, o juiz da Primeira Vara da Fazenda Pública da Comarca de Casa Verde recebeu a Petição Inicial, afirmando estarem presentes todos os requisitos essenciais. Desse modo, determinou a citação do ente público, com a remessa dos autos físicos ao seu órgão de representação judicial.

De posse dos autos e de laudo técnico emitido por um órgão federal, atestando que a placa de sinalização de trânsito do Município de Casa Verde foi atingida por um raio quando caiu sobre o Senhor Simão Bacamarte, e que tal evento foi a única causa da queda de referida placa, ELABORE, na condição de Procurador do Município de Casa Verde, a medida processual prevista no Código de Processo Civil adequada à defesa do ente público, impugnando todos os pedidos formulados pelo Autor.

Considere na elaboração da medida processual o seguinte: é dispensável a numeração dos autos; a petição inicial do Autor SIMÃO BACAMARTE não é inepta; CF = Constituição Federal;

CPC = Código de Processo Civil; não há, na Comarca de Casa Verde, Juizado Especial da Fazenda Pública instalado; não há interesse do Município na composição consensual; caso a medida processual exija assinatura, o examinando deverá utilizar apenas a palavra “PROCURADOR MUNICIPAL”; caso a medida processual exija qualquer outro dado não existente no enunciado, o examinando deverá escrever o nome do dado seguido de reticências (exemplo: “Data...”, “OAB...”).

